

## **Por uma Frente de Esquerda Socialista no Brasil**

### APRESENTAÇÃO

1 – Esta contribuição para o Congresso Municipal de São Paulo é um chamado à construção para a militância do PSOL, resultado de um esforço nacional de coletivos militantes que, aqui em São Paulo, reúne LSR, NOS, Comunismo e Liberdade, Comuna, FOS e filiados independentes do PSOL. O PSOL é, ao mesmo tempo, resultado e instrumento de uma necessária reorganização da esquerda brasileira tornada premente diante da experiência dos governos do PT, que aplicaram a cartilha neoliberal, aliaram-se a banqueiros e grandes empresários, contribuíram para deseducar a classe trabalhadora quanto à necessidade de luta independente e deixaram espaço para uma perigosa reação da direita conservadora.

2 – Vivemos hoje um dos momentos mais importantes da sociedade brasileira, onde a crise política e econômica indica a necessidade de construirmos uma alternativa capaz de dar voz à grande maioria: os (as) trabalhadores (as), juventude, as mulheres, negras (os), LGBTTs e o povo pobre. Precisamos de um partido que se coloque como uma real alternativa socialista.

3 – Os desafios que se apresentam para nosso partido, após seu VI Congresso Nacional, incluem um profundo debate estratégico, a busca por unidade na luta por parte da esquerda classista e a construção de uma Frente de Esquerda Socialista.

### UM BALANÇO DE 2017

O ano de 2017, com todos os seus ziguezagues e contradições, deixou evidente que a existência de uma polarização social, política e ideológica reflete mais a realidade do que a simples identificação dos elementos de retrocesso e derrota.

A derrubada de Dilma por um Congresso corrupto e conservador e um judiciário cada vez mais vinculado a um projeto político da direita neoliberal, representou uma derrota e um retrocesso do ponto de vista dos trabalhadores e criou uma correlação de forças mais desfavorável. Resultados inevitáveis da derrocada da conciliação de classes lulista. Vivemos o marco de uma crise econômica e política de fundo que elimina qualquer possibilidade de

estabilidade duradoura e o papel dos agentes políticos e sociais pode ser decisivo nos rumos dos acontecimentos.

A força latente da classe e seu potencial de luta ficaram evidentes no ano de 2017. As divisões e crises envolvendo a representação política da burguesia no governo e no parlamento não caíram do céu. Elas são resultados da gravidade da crise do sistema político e econômico dos de cima e da força efetiva e potencial dos de baixo. A burguesia sinceramente teme isso e trabalha para conter ou anular esse potencial explosivo existente na conjuntura. Quando estamos nas vésperas de completar os 50 anos do Maio francês, não se trata de mera bravata quando FHC declara que sente um ar de 1968 na situação atual.

Temer conseguiu manter-se na presidência apesar de todos os escândalos de corrupção e de ser, provavelmente, o governo mais impopular do mundo hoje. O governo contou com uma base parlamentar relativamente estável que, além de rejeitar dois pedidos de impeachment, ainda aprovou grandes ataques como a emenda constitucional de congelamento dos gastos públicos por 20 anos (antiga PEC 55) e a contrarreforma trabalhista.

Temer, porém, não conseguiu aprovar a contrarreforma da previdência em 2017 e está quase descartado que poderá fazê-lo no ano eleitoral de 2018. A burguesia tentará retomar a questão em 2019, mas, para isso, o tema espinhoso terá que ser colocado pelos candidatos burgueses (da direita mais conservadora até o neodesenvolvimentismo lulista) na campanha eleitoral e isso era algo que todos queriam evitar.

Confirmada essa situação, essa derrota do governo e da burguesia não pode ser encarada como um elemento secundário na conjuntura e não pode ser menosprezada. Sem a contrarreforma da previdência, a emenda de congelamento orçamentário não se sustenta e terá que ser revista num futuro próximo.

A derrota do projeto de contrarreforma da previdência é resultado direto das fragilidades do governo e da burguesia e da existência de uma consciência média que rejeita o projeto, unindo trabalhadores e mesmo setores de classe média que adotaram posições políticas mais conservadoras no último período. Nenhum desses fatores, porém, teria efeitos práticos sem a ação consciente e organizada de amplas camadas de trabalhadores durante o primeiro semestre de 2017. Foi a ação de classe, em um contexto específico, que derrotou a contrarreforma da previdência.

A greve geral de 28 de abril refletiu a mais importante ação sindical organizada dos últimos anos, e mostrou que ainda existem elementos de continuidade na situação atual do ascenso grevista e sindical que vinha desde 2012, passando pelo seu auge de 2013 e 2014. Tudo isso, apesar do papel da burocracia sindical e da pressão negativa de fatores como o desemprego massivo e todas as medidas de intimidação e repressão. Esse processo mostra também que, junto com o crescimento significativo da importância das ações espontâneas e explosivas dos setores populares em geral, como vistas no contexto das Jornadas de Junho de 2013, o papel específico da classe trabalhadora organizada sindicalmente ainda mantém um peso significativo na realidade nacional.

O 28 de abril poderia ter dado lugar a um movimento ainda mais forte, capaz não apenas de derrotar as contrarreformas da previdência e trabalhista, mas também derrubar o governo e construir uma outra correlação de forças sociais e políticas no país. Isso não se deu devido ao papel jogado pelas direções sindicais majoritárias, tanto as abertamente pelegas, como a Força Sindical e UGT, quanto a própria CUT, irremediavelmente burocratizada.

Apesar de tudo isso, a ampla participação direta na greve, envolvendo cerca de 40 milhões de trabalhadores, e o grande apoio popular à ação de 28 de abril poderiam ter servido de base para diminuir o peso desses fatores negativos e criar condições para ações ainda mais contundentes, como uma nova greve geral de 48 horas e uma escalada de ações radicalizadas e massivas. Isso teria representado uma virada completa na situação desfavorável criada com o golpe institucional de 2016. Nesse sentido, uma enorme oportunidade foi perdida e isso tem consequências.

A manifestação em Brasília de 24 de maio, mesmo tendo sido pensada pela burocracia sindical como uma forma de ir esvaziando o movimento, demonstrou que havia energia para ações mais fortes e contundentes. A inaceitável demora na definição dos próximos passos e, depois, o desmonte consciente da nova greve geral convocada para 30 de junho foram fatores decisivos para a derrota do movimento com a aprovação da contrarreforma trabalhista no Congresso e a desmobilização que presenciamos no segundo semestre.

Além disso, uma vez que os próprios Lula, Dilma e o PT já assumiram que são favoráveis a uma contrarreforma da previdência que retire direitos de trabalhadores e servidores públicos, para eles era melhor que Temer fizesse o trabalho sujo e ao PT caberia apenas administrar a nova realidade, sem desgastar-se como aconteceu com a contrarreforma previdenciária de Lula de 2003. Acrescente-se a isso o fato de que a própria queda de Temer

antes do previsto poderia gerar tanta turbulência política e incertezas que era preferível que o governo golpista e ilegítimo ficasse até o fim do mandato. 2017 demonstrou que o PT aderiu ao “Fica Temer”, apesar de toda verborragia em contrário.

Tanto no plano nacional, quanto no Estado de São Paulo, é grande a responsabilidade do PSOL em afirmar e visibilizar, para a classe trabalhadora e a sociedade brasileira, uma política efetivamente de esquerda, baseada num programa radical de defesa dos direitos dos trabalhadores e demais setores populares. Nossa política envolve necessariamente o protagonismo dos movimentos de trabalhadores, da juventude, das mulheres, de negros e negras, LGBTTs, de explorados e oprimidos em geral, na construção de uma saída radicalmente democrática e socialista para o país e à crise que hoje vivemos. Assim, a alternativa socialista e revolucionária que o PSOL deve propor, de baixo para cima na sociedade brasileira, não se confunde com a alternativa pró-mercado defendida por neoliberais e conservadores da direita em geral, nem a alternativa neo-desenvolvimentista baseada nas relações espúrias entre mercado e Estado que caracteriza o capitalismo periférico brasileiro, exposto nos anos do lulismo entre 2002 e 2016 – e que terminou por converter o PT em ex-esquerda, numa nova direita supostamente progressista.

É necessário pontuar o que a direção majoritária do PSOL não enfatiza de modo consequente: a responsabilidade do lulismo na crise e na perda de direitos que os trabalhadores enfrentam na conjuntura atual. Isso se revela não pela defesa explícita do lulismo, mas sim na leitura de que não há diferenças substanciais num programa lulista e do PSOL para 2018, cabendo a nós diferenciar-nos apenas no balanço. Esta tese acaba por defender a lógica de um programa “viável”, e de que o PSOL deve se restringir à legalidade burguesa, negando de certo modo o nosso papel proativo, como responsáveis pela defesa de um programa político que denuncie e exponha as fissuras e a podridão deste sistema político.

#### SÃO PAULO: BALCÃO DE NEGÓCIOS DOS TUCANOS

São Paulo não se descola do quadro nacional, contudo, revela algumas especificidades. Aqui ainda resiste com mais força, no campo dos movimentos populares, algum prestígio do lulismo e do PT. Aqui também se fazem mais militantes e estridentes novas lideranças do conservadorismo: do MBL, passando pelo neopentecostalismo, pelo gangsterismo corporativista da Força Sindical, até chegar a fascistas de origem na polícia militar e

congêneres. Todavia, aqui, a falsa polarização PT e PSDB se apresenta de modo mais agudo. A derrota de Haddad para Dória em São Paulo, os mais de 20 anos de tucanato no governo, indicam o tamanho do desafio. Haddad recentemente declarou a necessidade de uma trégua entre PT e PSDB para tocar a política. Não resta dúvida de qual política e quais interesses estarão no centro das preocupações.

Por outro lado, um novo ciclo de lutas dos movimentos sociais e da esquerda foi inaugurado em Junho de 2013 e a greve geral de 28 de abril demonstrou a disposição de resistência da classe trabalhadora. A revolta popular foi canalizada, dentro das possibilidades e do tamanho da oposição de esquerda aos governos lulistas, para pautas radicalmente avançadas que já se apresentavam por novíssimos movimentos sociais do atual milênio, como o MPL e o MTST, e pelo renascimento das lutas e greves sindicais desde o início desta década. Estudantes, mulheres, trabalhadores, sem-teto, moradores de rua, apesar do lulismo e do conservadorismo, colocaram seus blocos na rua, defendendo a mobilidade urbana, o direito à moradia e à cidade, combatendo o desemprego e o subemprego, o patriarcalismo, a violência policial e o encarceramento da juventude negra e pobre promovidos por todos os governos burgueses, do PT ao PSDB.

Sob o mote de “gestor” sem carreira política e “outsider”, João Dória Jr. foi eleito para promover a agenda neoliberal na cidade de São Paulo, fazendo da capital um verdadeiro balcão de negócios e também um epicentro de políticas conservadoras que geraram escândalos na mídia e indignação de moradores.

O PSDB tem promovido uma política de higienização na cidade de São Paulo, sob o mote de “Cidade Linda”, que já passou pelo apagamento dos grafites e pelo argumento de combate às drogas. A situação é tão absurda que até instituições como o Ministério Público tem tentado impugnar tais ações. A política higienista também significou uma lógica de repressão contra usuários na Cracolândia, com diversas ações policiais violentas na região e a implantação do projeto Redenção, que poderia ter incluído até internação de usuários à força, caso não fosse interrompida sua implementação pela Justiça.

Na capital, há mais de 20 mil pessoas em situação de rua, dessas, mais da metade não possui abrigo. Uma situação de alta vulnerabilidade na qual indivíduos ou famílias inteiras vivem nesta precária condição, seja por conta da dependência química ou da necessidade de morar nas ruas, passando por situações humilhantes, tendo seus pertences queimados,

suas casas demolidas, sua liberdade de ir e vir cerceada, seus corpos marcados por cassetetes e bombas de toda sorte.

Também o direito ao transporte foi atacado durante a gestão Dória. O passe livre estudantil teve suas cotas reduzidas, adaptadas para garantir apenas as viagens de ida e volta do local de estudo, privando estudantes de acesso a atividades extras e a eventos culturais. Somado a mais um aumento do valor da tarifa, verifica-se uma lógica em que se locomover na cidade de São Paulo torna-se cada vez mais um privilégio. Esses ataques têm sido respondidos com as primeiras mobilizações do MPL em 2018, realizadas nas últimas semanas.

Com a finalidade de manter a sustentação de *lobbies* da indústria de alimentos, com o projeto Alimento para Todos, Dória tentou distribuir a farinata, a “ração humana”, para a população em situação de vulnerabilidade e depois alegou que faria parte das merendas nas escolas. Há, ainda, a possibilidade da farinata ser distribuída de alguma forma na cidade de São Paulo e há discussão deste tipo de projeto em diversas câmaras do país e no Senado Federal, articuladas a um desmonte do setor de agricultura familiar e segurança alimentar, como denúncias de exoneração de equipes técnicas que dão suporte para a produção dos pequenos agricultores. Para 2018, por exemplo, o orçamento previsto para investimento em "Projetos de Abastecimento e Segurança Alimentar" terá uma redução de 92%.

Dória também promoveu uma política de privatização sem limites na capital. Por meio do PL 179/2017, que institui a SP Negócios, uma empresa mista, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, Dória possibilita a efetivação de qualquer negócio jurídico com a iniciativa privada sem que seja necessário passar pelas regras da Lei de Licitações. A SP Negócios terá poder para intermediar, assessorar e instaurar projetos com a iniciativa privada em todos os setores municipais.

A política de privatização na capital tem ocorrido por meio de promíscuas relações entre Estado e iniciativa privada, envolvendo até mesmo figuras ligadas ao PT. Exemplo neste sentido foi a nomeação de Luiz Fernando Furlan, presidente do comitê de gestão do Lide, grupo empresarial criado por Dória, para presidir o conselho deliberativo da SP Negócios. Furlan é ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no governo Lula. A intenção de Dória é clara com essa medida de privatização de São Paulo: "com suas bem-sucedidas experiências na iniciativa privada no planejamento estratégico da SP Negócios, que tem como missão desenvolver o potencial de exportação das empresas paulistanas e atrair investimento para cidade".

A saúde pública também foi extremamente atacada pela gestão Dória, de forma mais galopante que nas gestões anteriores. Com canetadas autocráticas e sem consulta popular, a prefeitura de SP já vem colocando em prática o fechamento/acoplamento de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e AMA (Assistência Médica Ambulatorial), bem como o fechamento dos CTA (Centros de Testagem e Aconselhamento em DST/Aids). A terceirização da distribuição de medicamentos para grandes redes de drogarias, como as Drogarias Raia e São Paulo, e o consequente fechamento das farmácias públicas se somam no grande pacote de desmonte do SUS.

Tudo isso, somado ao desmantelamento dos serviços destinados ao controle de doenças (como vigilância epidemiológica, sanitária, controle de zoonoses etc.) facilita o surgimento e propagação de grandes epidemias (como a da febre amarela, bem como de sífilis e dengue, aumento dos casos de HIV/Aids etc.), o que colabora para um adoecimento maior da população e um consequente aumento de mortalidade. É uma política neoliberal, que respeita as diretrizes das esferas federal e estadual de ataques ao serviço público, já visando a efetivação da EC 95 do teto dos gastos públicos.

No que tange aos servidores públicos municipais, a política privatista de Dória quer atacar seus direitos previdenciários. Infelizmente, antes de deixar o governo, Fernando Haddad enviou à Câmara Municipal o PL 621/16 que institui o SAMPAPREV, uma entidade de previdência complementar (privada). Dentre outras coisas, esse PL poderá aumentar o desconto previdenciário de 11% para 14%, criando um regime de previdência complementar, reestruturando o IPREM (o instituto de previdência do município). Ele pode ser votado agora no início do ano de 2018. O terreno fértil deixado pela administração petista poderá significar o início da privatização do sistema previdenciário paulistano, visto que encontrou na administração tucana de João Dória uma correspondência privatista muito forte. Mas a resistência dos servidores municipais tem sido imensa, e já se fala em greve, sobretudo da educação municipal, caso o PL entre na pauta da Câmara.

**POR UM PSOL VIVO E MILITANTE!**

O PSOL que reivindicamos é um partido vivo, democrático, militante e que ocupa as ruas. Um partido com núcleos de base e setoriais ativos, com democracia interna e diálogo com os movimentos sociais.

O Partido que temos em São Paulo está muito longe de expressar a política que reivindicamos. Dirigido pela Unidade Socialista, não constrói sua política pelas bases, não privilegia seus núcleos e setoriais, não se coloca nas manifestações e nas diversas lutas dos trabalhadores enquanto Partido.

Desde o último Congresso Estadual do PSOL-SP, diversas dessas lutas poderiam ter contado com o apoio, participação ativa e preparação do PSOL, já que São Paulo hoje é um dos principais campos da luta social no país. No entanto, vemos ampla mobilização da direção majoritária, no período de eleições, quase que restritamente para as campanhas dos seus candidatos. Não houve iniciativas de plenárias abertas ou materiais públicos durante as lutas de secundaristas, Primavera Feminista, Parada do Orgulho LGBT, Marcha da Maconha, nas duas greves gerais em 2017 ou chamado à mobilização contra a violência policial e higienismo com a população de rua.

Contribuir para organizar os diferentes processos de luta é o que vai credenciar o PSOL em São Paulo a impor um fim aos mais de 20 anos do PSDB no governo do estado. Exemplo neste âmbito é a ampla unidade de ação promovida por diversos movimentos na campanha “São Paulo é Nossa”, na qual o PSOL deve se inserir ativamente. A juventude, as mulheres, LGBTTs, negras e negros e todo o povo pobre e trabalhador só irão construir confiança se o PSOL for o partido que é a cara das mobilizações contra o desmonte dos serviços públicos e se apresentar afinado com as ruas como uma alternativa socialista contra o lulismo e a direita tradicional.

Sob o ataque da reforma política e da cláusula de barreira, a resposta da direção majoritária do partido tem sido a pior possível. Desde o final de 2016, ela passou a apostar num processo de “reorganização da esquerda” que prioriza a interlocução com determinados setores críticos do PT e da antiga base governista, em detrimento da unidade dos socialistas em torno da construção de um terceiro campo político, que tenha de fato independência de classe no país. Pensa muito mais numa ampliação nos marcos institucionais e despreza a necessidade do enraizamento do partido nas lutas sociais e sua ampliação pela base, junto aos trabalhadores, à juventude e ao povo oprimido. Consideramos importante a tarefa de disputar a militância que ainda tem referência no petismo e devemos estar abertos a recebê-la em nossas fileiras; entretanto, é um equívoco apostar que a melhor forma de levar à frente tal tarefa seja pela integração de figuras públicas, parlamentares e dirigentes

que permanecem no PT até hoje sem nenhum tipo de perspectiva crítica real do que foi a trajetória do PT no governo. É um grande equívoco atrelar a discussão sobre a importância de incorporar setores mais amplos que ainda têm referência no petismo ao PSOL às integrações de parlamentares petistas que poderiam ajudar na ultrapassagem da cláusula de barreira, mas que muito provavelmente fortaleceriam no PSOL uma perspectiva cada vez mais institucionalista e distante da ideia de uma transformação revolucionária no país. Ademais, o PSOL nasceu e cresceu para politizar e organizar o conjunto dos trabalhadores e setores populares, não apenas seus segmentos ainda referenciados no decadente lulismo.

Embora haja desacordos profundos entre os socialistas na visão da conjuntura e dos rumos da política brasileira, devemos buscar uma unidade estratégica com partidos de esquerda como PCB e PSTU, e sua ampliação para movimentos combativos como o MTST e centrais sindicais como a CSP-Conlutas, também para coletivos e organizações sociais e políticas não registradas no TSE que são nossos aliados cotidianos numa Frente de Esquerda Socialista no Brasil. Nosso partido precisa colocar-se como alternativa política no país em todos os sentidos, apontando para uma ruptura com o capitalismo tanto quanto seu modelo político e de representação. Um partido que visa a revolução socialista precisa ser um instrumento para que os/as explorados/as e oprimidos/as sejam protagonistas da mudança radical de nossa sociedade.

O PSOL só será parte importante do processo de construção dessa frente se superar as práticas antidemocráticas e burocratizantes que vêm sendo reproduzidas pela direção majoritária do partido nos últimos anos. Preservar o PSOL como um instrumento capaz de intervir na conjuntura passa por não coadunar com essas práticas, por lutar cotidianamente pela ampliação da democracia interna do partido. Por outro lado, é importante que o conjunto das forças políticas que compõem o Bloco de Esquerda do PSOL faça uma avaliação crítica da condução do partido nos lugares em que são maioria, pois há situações em que se reproduzem práticas análogas às do setor majoritário. Método é política: não seremos capazes de superar o capitalismo se formos coniventes ou reproduzirmos, no interior do nosso partido, práticas que condenamos fora dele. É nossa tarefa urgente garantir que o PSOL seja um instrumento partidário dinâmico, plural, democrático e com cada vez maior capacidade de incidir na realidade apontando para a atualidade da revolução socialista.

Paralelo às lutas sociais, e como parte da resistência, temos que iniciar o debate programático com o conjunto da esquerda socialista, que conclua numa Frente de Esquerda Socialista como uma alternativa também eleitoral ao PT, que significa um retrocesso ao passado e a repetição da tragédia da conciliação de classes. Por uma candidatura da Frente de Esquerda Socialista no Brasil, na qual o PSOL coloque seus quadros à disposição para a cabeça de chapa.